

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E  
COMUNICAÇÃO

**DECIO DE OLIVEIRA VIEIRA**

**A EVIDÊNCIA DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO NEGRO  
UNIFICADO (SUBJETIVIDADES, TENSÕES E CONFLITOS)**

**São Paulo**

**2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E  
COMUNICAÇÃO

**A EVIDÊNCIA DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO  
NEGRO UNIFICADO (SUBJETIVIDADES, TENSÕES E  
CONFLITOS)**

**DECIO DE OLIVEIRA VIEIRA**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Especialista em  
Educação Étnico Racial

**Orientador: Prof. Dr. Dennis de Oliveira**

São Paulo

2019

## **A EVIDÊNCIA DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (SUBJETIVIDADES, TENSÕES E CONFLITOS)**

**Decio de Oliveira Vieira**

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade refletir acerca da participação das mulheres em geral e em específico das mulheres negras no Movimento Negro Unificado de São Paulo bem como no Movimento Feminista na década de setenta, além de analisar as tensões e conflitos que originaram a criação do sujeito político, Mulheres Negras. Discorre também sobre o processo de ocultamento da produção de mulheres militantes nos grupos referenciados, bem como sobre a escassez de obras que denotam as posturas políticas produzidas por essas militantes.

**Palavras-chave:** Mulher, negra , militante

**Abstract:** This article aims to reflect on the participation of women in general and specific to black women in the Unified Black Movement of São Paulo as well as in the Feminist Movement in the seventies, as well as to analyze the tensions and conflicts that originated the creation of the subject political, Black Women. It also discusses the process of concealment of the production of women militants in the referenced groups, as well as the scarcity of works that denote the political positions produced by these militants.

**Key words:** Woman, Black, militant

**Resumen:** El presente artículo tiene como finalidad reflexionar acerca de la participación de las mujeres en general y en específico de las mujeres negras en el Movimiento Negro Unificado de São Paulo así como en el Movimiento Feminista en la década de 1970, además de analizar las tensiones y conflictos que originó la creación del sujeto político, Mujeres Negras. Discurre también sobre el proceso de ocultamiento de la producción de mujeres militantes en los grupos referenciados, así como la escasez de obras que denotan las posturas políticas producidas por esas militantes.

**Palabras clave:** Mujer, Negra, militante

## SUMÁRIO

### 1 - INTRODUÇÃO

### 2 - HISTÓRICO DE LUTAS E REINVIDICAÇÕES

### 3 - MULHERES NEGRAS

### 4 - ENTREVISTAS (SUBJETIVIDADES E MILITANCIA FEMININA

### 5 – DEMANDAS, TENSÕES E CONFLITOS

### 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 7 – REFERÊNCIAS

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre o Movimento Negro Unificado organizado na cidade de São Paulo, mais especificamente sobre a participação das mulheres dentro desse conjunto de ações e o conjunto de entidades que compuseram a iniciativa da retomada da luta contra o racismo em 1978, a partir do encontro realizado a sete de julho defronte ao teatro Municipal de São Paulo. Encontro esse que, segundo seus organizadores, contou com a presença de mais de dois mil participantes, não só de São Paulo, bem como pessoas e representantes de entidades de outras cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, além de outras, além também de contar com diversas monções de entidades que não se fizeram presentes, porém permaneceram aliadas aos propósitos do recém-instalado Movimento Negro Unificado Contra o Racismo.

Nessa linha vale ressaltar o papel das mulheres negras, seu engajamento e sua participação, em que pese a pouca visibilização desse seguimento no cenário político nacional de então. Há que se observar, a partir da preocupação e dos questionamentos dessas mulheres, a instalação de outro ator político no cenário nacional de movimentos sociais, o **Movimento de Mulheres Negras**, com suas demandas e posições específicas denotando uma força política até então invisibilizada. Nesse sentido, nossa reflexão perpassará pela participação dessas mulheres por esse caminho diacrônico à contemporaneidade. Buscar se a

apresentar algumas notas acerca das tendências e dos dilemas enfrentados desse movimento em sua fase inicial, passando as últimas décadas até a contemporaneidade.

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantada pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres tornando as assim mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e, por outro lado, promove a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.  
(Sueli Carneiro – Géledes – abril 2018)

Observa-se na proposição de Sueli Carneiro anos em que há um questionamento e esse, parte de dentro do movimento negro e de dentro do movimento feminista, o que causa certo impacto nas duas agremiações, pois a pergunta que se segue a proposição acima é “de que mulher estamos falando”, o que também é um pensamento de Sueli Carneiro e como essa militante transita nesses movimentos sociais, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Feminista (MF) e Movimento de Mulheres Negras (MMN), até a afirmação desse das Mulheres Negras como um novo ator no cenário político nacional.

Para a reflexão sobre essas questões, o método utilizado foram a realização algumas entrevistas com mulheres que participaram da fundação do movimento Negro Unificado e mulheres atuantes no Movimento Negro na atualidade, entrevistas essas que serão objeto de nossa reflexão mais adiante.

Sendo assim a presente proposta, além de um corpo teórico composto pelas mulheres que pensaram o movimento negro como Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Edna Roland, Djamila Ribeiro, Eliete Barbosa, dentre outras, autores e autoras que pensaram e descreveram o caminho histórico da instalação do Movimento Negro Unificado até a contemporaneidade, e o objetivo nosso no presente artigo é ressaltar a participação feminina na construção desse movimento, articulando as entrevistas das mulheres que participaram do Movimento Negro Unificado com as que ainda participam das lutas contra o racismo na atualidade e de certa forma são mais expostas a questionamentos públicos, sendo suas falas transcritas e os depoimentos gravados e preservados como metodologia para o presente artigo.

Com relação ao conceito de retomada da luta antirracista pelo movimento negro geral, crê-se que os anos anteriores a 1978 não houve um esquecimento dessa luta, porém o cenário político desses anos foi avesso à luta ativa, pois com a instalação do AI 5 em 1968 (Ato Institucional número 5) pelo regime militar, as ações e proposições antirracistas foram criminalizadas e seus propositores perseguidos e presos sumariamente, considerados pelo regime militar vigente como subversivos. Sendo assim, o movimento negro nos anos 1960 e início de 1970 tiveram uma retração justificável, porém assumiram outras posturas, que não é o objeto dessa reflexão.

Com relação à participação das mulheres no Movimento Negro Unificado, observa-se, não raro, as militantes negras acumulavam participações em outras frentes, como o Movimento Feminista e o nascente Movimento de Mulheres Negras estabelecido a partir dos anos 80, movimento esse com preocupações e demandas que antecederam sua fundação por meio de alertas anteriores presentes no discurso de Lélia Gonzáles e Sueli Carneiro, precursoras do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras nos anos de 1980.

## **2 - Histórico de lutas e reivindicações**

Oficialmente a abolição da escravatura se deu em 1888 e a proclamação da república um ano depois, ocorre que para a comunidade de escravizados, não houve por parte do Estado, políticas de inclusão dessa comunidade à sociedade da época, pelo contrário, a população negra se viu em meio a um projeto de branqueamento para toda a nação, haja vista o desencadeamento de um sistema de imigração europeia instalado pelo governo brasileiro, programa esse que favorecia a empregabilidade de famílias portuguesas e italianas em detrimento de famílias negras.

Destarte, essa população negra e mestiça foi sendo discriminada e marginalizada ao longo dos anos subsequentes a abolição, seja politicamente em relação ao sistema de participação social, seja economicamente na medida em que os empregos lhes eram sistematicamente impugnados, por meio de um processo de um racismo institucional. De acordo com Garcia (2006), o racismo se constitui em um projeto de manutenção de privilégios de classe instituído pela classe dominante e corroborado por grande parte dessa sociedade, instalado a partir da abolição do

sistema escravista, assim, e desde então a comunidade negra vem enfrentando e lutando sistematicamente contra esse projeto até a contemporaneidade.

Neste cenário um sujeito político destaca-se, a mulher negra, fruto de opressões interseccionadas como o preconceito de raça, classe e gênero, tanto de brancos como negros. Assim na década de 1970, encontramos essa mulher em busca de uma identidade sistematicamente contraditada, invisibilizada em sua trajetória político-social desde a escravização, a qual Hildegardes Viana observa na Salvador dos nos anos 70:

Era roupa de negra ou mulata, só esporadicamente envergada por alguma mulher branca sem sorte, jogada ao desprezo de si própria. Usar a saia, ser mulher de saia, determinava a sua baixa posição social. Era a mulher humilde, desempenhando tarefas subalternas e por vezes inadequadas ao seu sexo, emaranhada num meio hostil (...)Mulheres de gamela, (...) mulheres de tabuleiro, (...) mulheres de balaio ou ganhadeiras, (...) caixeirinhas, (...) mulheres compradeiras de temperos e todas as demais integrantes de profissão de mais ínfima categoria, eram mulheres de saia. (Viana, 1973 – p. 8)

Com relação a Mulher Negra neste cenário descrito pela autora, há de se destacar a participação das mulheres, pois nesse período pós-abolição foram elas que, precariamente, encontravam ocupações mesmo que em sequências do sistema escravista, ocupações como domésticas, nos em lares de famílias, arrumadeiras, passadeiras, lavadeiras. Outras participavam do mercado como vendedoras, mulheres de ganho exercendo atividades desenvolvidas antes do marco da abolição e com isso tornavam se esteios em famílias negras.

Para contrapor a esse quadro de discriminação racial nas primeiras décadas do século 20, a comunidade negra continuou com o sistemático enfrentamento às condições hora imposta, sendo que a Imprensa Negra denunciava em suas páginas, os atos de discriminação e racismo, o que constantemente assolava essa comunidade. Entidades de enfrentamento ao racismo eram criadas pelas grandes cidades brasileiras e muitas delas com a efetiva participação de mulheres de terreiros, dentre essas cidades pode se destacar a cidade de Salvador com um protagonismo feminino por meio da religião de matriz africana, terreiros assumindo como política principal dar continuidade a esse enfrentamento racial.

Há que se destacar as Casas de Santo em Salvador dirigidas por mulheres como Iyá Nassô, Maria Julia Figueiredo, Maximiliana da Conceição (Tia Massi) Maria Deolinda (Mae Oké), dentre outras. A imprensa Negra atuando desde o século



XVIII, continuou com um papel fundamental, protagonizado no início por homens negros livres com Francisco de Paula Brito, Luiz Gama um importante intelectual Negro, cronista do Diário Coxo, periódico humorista fundado por ele ainda em tempos da luta abolicionista.

Em 1931 uma importante organização criada em São Paulo para o enfrentamento do racismo foi a Frente Negra Brasileira, chegou a aglutinar em seus associados milhares de negros em mais de 60 entidades pelo Brasil, organização multi-cultural que tinha como programa o enfrentamento do “preconceito de cor”. Mantinha escolas, grupos musicais, equipes de futebol. Oferecia assistência jurídica, serviços médicos e odontológicos, cursos de formação política e mantinham uma publicação no periódico, “A Voz da Raça”.

Em 1936 transforma se em partido político influenciado pela conjuntura política de então, pela ascensão do nazi-fascismo na Europa. Foi extinta em 1937 por um decreto presidencial, junto com os partidos políticos no regime de exceção de Getulio Vargas.

O período do Estado Novo, que se inicia em 1937 ate 1945 foi caracterizado por violenta repressão aos movimentos contestatórios, porém a luta contra o racismo prossegue. Em 1944 temos a criação, por Abdias Nascimento, do TEN (Teatro Experimental do Negro), o qual, segundo Abdias, o negro deveria em algum momento, ser protagonista de sua história e de sua vida. Com a queda da ditadura varguista, ressurgiu em 1943 o protesto negro. Novamente a luta antirracista tem sua continuidade, é criado em Porto Alegre a UHC (União dos Homens de Cor), uma entidade de cunho expansionista, tanto que na segunda metade dos anos 40 a UHC continha representações em mais de dez estados brasileiros, como Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, dentre outros.

Em 1964, ao se implantar no Brasil a ditadura militar a partir de um golpe de estado, a luta política do movimento negro organizado foi desarticulada, os militantes eram perseguidos, presos e muitos deles vigiados pelos órgãos de repressão. A situação pública da questão racial foi criminalizada, na qual os órgãos de controle do estado consideravam a luta antirracista como subversão à ordem. Assim, apenas no final da década de 1970 o movimento Negro reuniu forças para se reorganizar, quando outros movimentos populares (Sindical, Movimento contra a carestia, Movimento de Mulheres, dentre outros) estavam em atuação no cenário nacional.

Nesse sentido, a fundação do Movimento Negro Unificado Contra o Racismo (MNUCR) na cidade de São Paulo, pode ser considerado como um marco nessa luta, criado a partir da junção de várias entidades que já vinham desenvolvendo ações, um tanto tímidas. E tomaram força a partir de dois acontecimentos veiculados na imprensa de então. A interdição para utilização das piscinas, de jovens negros no clube de Regatas Tietê e o assassinato de um jovem operário negro (Robson Luz), nas dependências de uma delegacia em São Miguel Paulista, um bairro da zona leste na cidade.

A manifestação proposta na reunião de 07 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi uma reunião preparada com meses de antecedência, foi o ponto de partida para a reorganização do movimento em vários Estados Brasileiros. Nesse primeiro momento, observa-se a presença feminina como Lélia Gonzáles, Odete Carvalho, Ieda Leal, Edna Roland, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro dentre outras.

Racismo e sexismo na cultura Brasileira – 1980. O poder das mulheres negras para fora da comunidade tem sido muito mal avaliado, até mesmo pelo Movimento Negro. Essas mulheres recuperaram a figura da Mãe Preta, e afirmam que essa figura possibilitou o enegrecimento da cultura brasileira e semeou os modos de falar do Brasil etc.  
Lélia Gonzáles (1935-1994)

Há que se observar, no início da retomada das lutas anti raciais o que consideramos como marco a manifestação de 7 de julho de 1978, a voz de Lélia Gonzáles alertando para uma demanda até então não considerada e um novo ator político a afirmar sua identidade, a mulher negra como sujeito político.

Sendo assim o presente artigo tem por objeto analisar, refletir e evidenciar a trajetória das mulheres em geral e em específico as mulheres negras no Movimento Negro Unificado, mais precisamente a partir das décadas de 70 e 80 do sec. XX estendendo à contemporaneidade. Justifico esse recorte temporal, entendendo que este período foi de grande importância para a consolidação dos movimentos sociais, e procuro ainda responder a uma questão prática que nos incomoda, ou seja, o MNU (Movimento Negro Unificado) realmente não considerou o papel dessas mulheres em sua luta ao final do regime político autoritário vigente no Brasil de então? Ou houve uma invisibilização do nome dessas mulheres nos processos referenciados por machismo ou preconceito de gênero?

Nesse sentido, as demandas específicas desse novo sujeito político na cena social brasileira, a Mulher Negra, com sua peculiaridade, demandas e anseios, revela a existência de conflitos internos e tensões apontados por Lélia González, pois a mulher negra, partindo do princípio de que essa mesma mulher negra, segundo González (1980), era quem cuidava da família do militante quando este saía para as ações políticas, sendo que ela encontrava dificuldades para sua participação nos espaços públicos e eventos de luta e trabalho contra a discriminação, sendo que sempre esteve posta a essas mulheres a responsabilidade pelo cuidado da família, mesmo a família negra.

Ocorre que, retomando o percurso histórico proposto na introdução, observa-se que para a constituição de uma identidade e uma consciência política crítica, Lélia González considera como histórico para as mulheres negras e para a constituição do Movimento Negro as reuniões, encontros e eventos que objetivavam a discussão sobre o racismo e o processo de exclusão dos negros do mercado de trabalho, situação verificada pelo então CEAA (Centro de Estudos Afro-asiáticos) da Universidade Candido Mendes, e coordenado pela militante negra e historiadora Beatriz Nascimento a partir de 1973, porém Lélia González reafirma o papel da mulher negra, este envolta em uma **tripla militância**, seja em casa como cuidadora da família do homem negro, seja no movimento feminista a questionar a homogeneidade das propostas generalizantes das mulheres brancas ou ainda sua participação porém invisibilizada dentro do movimento negro e em específico, dentro do Movimento Negro Unificado.

Desses encontros ocorridos em 1975 e 1976, nasceram no Rio de Janeiro, o IPCN (Instituto de pesquisas das Culturas Negras) e a SINBA (Sociedade de Intercambio Brasil África), institutos criados com o objetivo de mapear a comunidade negra e afro brasileira, a fim de demonstrar o desenvolvimento do racismo em nossa sociedade. Ocorre em outros locais e já na década de 1980 foram também criados entidades e organizações, como GM (Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado) da Bahia, organizado pelo segmento feminino do MNU, também outros grupos afros se articularam com ONGs, e como exemplo o Géledes, que teve como uma das fundadora Sueli Carneiro e a Casa da Cultura da Mulher no Estado de São Paulo, o CRIOULA no Rio de Janeiro e o Maria Mulher, no Rio Grande do Sul. Todos os grupos criados na mesma época e com a participação fundamental de

mulheres com o objetivo de avançar na luta contra a discriminação racial e em diversas organizações, o papel da mulher negra foi fundamental para o estabelecimento desses núcleos, quando não, foram protagonistas na fundação desses dessas entidades.

Destacamos o grupo Palmares no Rio Grande do Sul o responsável pela proposição da data de 20 de novembro, o dia da morte de Zumbi do Palmares, como a data a ser reverenciada pelas organizações negras ou dia da Consciência Negra. Em 1971, tivemos a fundação, em Campinas, do Grupo Evolução, criado por Tereza Santos e Eduardo Oliveira e Oliveira. E segundo Luiza Bairros, os militantes do Movimento negro tinham como objetivo a criação de organizações com projeção em todo o território nacional, a exemplo da Frente Negra Brasileira, entidades, tais como, o Grupo NEGÓ (Estudos sobre a problemática do negro brasileiro), grupo criado na Bahia em 1976, no qual surgiram os primeiros militantes do Movimento Negro.

Nesse sentido aparece o protagonismo de Carmem Martins, já no início dos anos de 1980, em Salvador, em que preconizava uma linha de trabalho dentro do movimento negro com viés educacional e divulgando a necessidade de se instalar nas escolas o ensino de culturas e história africana, o que vai acontecer em forma de uma lei apenas em 2003 com a lei 10.639.

Ocorre ainda que ao final da década de 1970, considerando as mulheres negras como as bases da pirâmide social no que se refere a um projeto de exclusão, essas mulheres negras também participavam em movimentos sociais como os Movimentos de Favelas da cidade do Rio de Janeiro, o Movimento contra a Carestia em São Paulo, o Movimento de trabalhadoras domésticas em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, já em Salvador podemos perceber a participação de mulheres negras, para além da base religiosa o feminino presente nas Associações Comunitárias criadas na periferia da cidade, nas Comunidades religiosas Afro-Brasileiras no Movimento estudantil e muitas delas envolvidas nos movimentos de esquerda clandestinas atuantes na cidade de Salvador.

### **3 - Mulheres Negras**

Assim, há que se fazer uma retomada histórica específica com relação às mulheres, até para recolocar o feminino nesse processo e quem nos respalda é a Barbosa (2015), a qual em seu trabalho de mestrado, desenvolve o presente assunto e nos informa que em junho de 1975, no Congresso de Mulheres Brasileiras, eram apontadas algumas das especificidades da mulher negra por meio de um Manifesto da Mulher Negra, o qual foi retomado posteriormente no **1º Encontro de Mulheres Negras**, realizado em São Paulo, em 1986, na sede do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, evento no qual alinhou-se pautas para o IX Encontro Nacional Feminista realizado em 1987 na cidade de Garanhuns (PE).

Após esse evento, articula-se o I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrido em 1988, o qual conta com a participação de Yeda Leal, uma de nossas entrevistadas e partícipes do MNU (Movimento Negro Unificado), que relata o seguinte:

- “Representando o MNU (Movimento Negro Unificado), a discussão maior foi sobre o processo de invisibilização a que estamos envolvidas, além do machismo e outras formas de opressão a que estamos sujeitas, e digo, principalmente dentro do MNU” talvez até inconsciente, mas o fato é que quase nunca aparecíamos, a não ser para trabalhos mais técnicos. (Yeda Leal – 2012)

Observe-se, na colocação de Yeda Leal, a importância da trajetória política dessas mulheres dentro do movimento negro específico como no caso o Movimento Negro Unificado, sendo que pode-se pensar a participação e a influência em que a mulher se encontra subordinada, mesmo fazendo parte de uma organização de luta contra um regime de opressão e mesmo assim se está sujeito a reproduzir aquilo que se critica no outro, ou seja, o machismo, como uma posição correlata ao racismo.

E ao considerarmos a participação das mulheres negras, nessa tripla militância política a que estão sujeitas pois, ao referenciar a participação dessas mulheres no Movimento Negro Unificado, observa-se que atuam, não apenas no Movimento Negro Unificado, mas também no Movimento Feminista e além de iniciarem, na década de 1980 o movimento feminista negro, justamente no

Congresso Feminista de Bertioga ocorrido em 1985, quando ocorre a dissidência, iniciam o questionamento das condições do feminismo aplicado às mulheres negras, evidenciando então as especificidades desse nascente projeto que é o movimento de Mulheres Negras. O levantamento dessa pauta atingiu também o Movimento Negro em sua estrutura o que obrigou as lideranças negras a reconsiderar o papel da mulheres nas entidades de então.

As mulheres negras tem uma participação marcante no IX Encontro Nacional Feminista realizado em 1987 na cidade de Garanhuns (PE). Foi nesse encontro que as mulheres negras se articularam para a organização em 1988 o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras – ENMN, apresentando como pauta de discussões, a sua invisibilidade e marginalização. Encontro ocorrido na cidade de Valência (RJ), contou com a presença de mais de 400 mulheres e teve como pauta a crítica aos 100 anos da abolição da escravatura. A reunião preparatória para esse encontro contou com a participação de representantes de dezessete estados brasileiros. (Barbosa – 2015- pag. 86)

Observe-se já no artigo de Barbosa (2015), a articulação e a afirmação do novo sujeito político a que aludimos no início do presente texto, agora tomando forma teórica e prática, produzindo um discurso, já com consistente base teórica, um questionamento surgido de dentro de movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado, já que naquele momento não se discutia a questão de gênero.

Já nos anos 1990, houve a criação e desenvolvimento de diversas entidades as quais pautavam em suas agendas o enfrentamento do racismo e a busca por políticas públicas que atendessem as reivindicações da comunidade negra, como a necessidade do ensino da cultura e história de África nas escolas e também a necessidade de um mecanismo de reparação aos descendentes de escravos como a lei de cotas. Nesse sentido a Marcha em homenagem a Zumbi dos Palmares em 1995, tornou se um marco nessa luta, tanto que designado um grupo representante da marcha para compor a comissão para dialogar com o Governo Federal de então, o Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso. Note se que das nove pessoas, apenas duas são mulheres.

Sendo assim, segundo as críticas das militantes, em ambos os movimentos, MNU (Movimento Negro Unificado e MF (Movimento Feminista), estava de certa

forma instalado uma questão de opressão interna ao movimento, assim aludimos as nossas entrevistadas, as mulheres negras foram consideradas apenas como “sujeitos implícitos”, ou seja, sem uma participação mais efetiva). Tais movimentos institucionalizaram se partilhando uma ideia de igualdade. Ocorre que no Movimento Feminista, a questão racial não se configurava como importante e nem era a questão central das discussões, no Movimento Negro em geral e especificamente no Movimento Negro Unificado, as diferenças entre homens e mulheres não foram consideradas (Bairros, 1995).

Assim, esses movimentos produziram formas de opressão interna na medida em que não articulavam sexismo e racismo, como premissa para o desenvolvimento de discussões e ao estendermos essa posição com a opressão de classe a que a mulheres negras estão sujeitas, temos aí uma múltipla opressão (raça, classe e gênero), operando e apontado por essas mulheres negras, dentro da organização pautada em uma luta por igualdade de acordo com (Bairros, 1995)

#### **4 – Entrevistas subjetividades e militância feminina**

Neste tópico, serão apresentadas as reflexões sobre as entrevistas realizadas com quatro mulheres sendo duas do Movimento Negro Unificado dos anos 1980 e duas do MN na contemporaneidade em que pese não se constituíram, as primeiras, como lideranças desse movimento, porém tiveram um papel fundamental no surgimento da entidade, além de que também participaram do Movimento Feminista e Movimento de Mulheres Negras. E as duas entrevistadas da contemporaneidade participam, porém de forma distante, segundo elas do Movimento Negro Unificado, e atuam em organizações outras como o Géledés e Crioula pautando a agenda do movimento negro de forma geral, porém não especificamente do MNU.

Para o presente trabalho, a referência a seus nomes foi com autorização, os quais os citaremos apenas pelas iniciais, sendo que as entrevistas foram gravadas. São elas:

Odete Carvalho, atualmente se considera ativista do MNU, mas não com o mesmo ímpeto, trabalha como coordenadora de Escola Municipal em São Paulo foi

professora de ensino fundamental quando da criação do MNU, esteve presente na manifestação no Teatro Municipal em julho de 1978.

Ieda Leal, era estudante quando da criação do MNU, trabalha como Assistente Social, formada pela PUC –SP, integrou a equipe de Tereza Santos no Departamento de Turismo na Prefeitura de São Paulo na década de 1990, atualmente é uma das líderes do MNU.

Irani Santana residia em São Paulo na década de 1970, participava de movimentos sociais contra a carestia e contra o assassinato de jovens negros pela polícia paulistana, formada em direito nos anos de 1990 no Estado da Bahia onde reside atualmente. Conheceu e participou das reuniões para o ato de fundação do MNU, na década dos anos de 1980 muda-se para Salvador onde participa também do nascente movimento negro na Bahia.

Djamila Ribeiro mestre em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, ativista do Movimento Negro, Foi Secretária adjunta dos direitos humanos de São Paulo, é grande seu trabalho nas redes sociais relacionados ao feminismo negro, Em maio e setembro de 2016 palestrou na sede da ONU, em Nova York, e Harvard e Oxford, colunista da revista Carta Capital. Foi apresentadora da temporada 2017 sobre Direitos Humanos do Programa Entrevista, do canal Futura. Convém destacar os conceitos de Djamila Ribeiro sugerido aprofundá-los por meio das entrevistas concedidas em canais televisivos e virtuais.

Para as entrevistas construímos um roteiro, porém durante as falas observou-se que há um estímulo e as entrevistas desenvolvem-se a partir de alguns conceitos previamente definidos sendo que as falas das entrevistadas revelam algumas conexões em comum e sobre essas conexões é que foram baseadas nossa reflexão:

Primeira questão; Havia divisão de trabalhos por sexo dentro do Movimento Negro Unificado em seu início?

**O. C.** – “Sim havia uma divisão sexual do trabalho que refletia atitudes preconceituosas, mas as mulheres aceitavam com alguma reticência essa divisão,



“os homens achavam que trabalho mesmo era a panfletagem nas ruas e nos ensaios dos blocos”“.

**Y. L.** – “Havia uma divisão de trabalhos, o que só sobrava pra nois era confecção de faixas, sempre a mão, e quando queríamos ir pra rua para trabalhar as pessoas, nos era dito pra ficarmos sempre na retaguarda das ações, eu sentia que queriam nos proteger de alguns problemas que viessem a ocorrer”

Essa divisão sexual dos trabalhos dentro do movimento também foi referenciada por Irani Santana, porém na década de oitenta, já no início dos trabalhos do Movimento Negro Unificado, essa postura foi questionada por Lélia Gonzáles em vários de suas falas durante os eventos da entidade e em vários momentos ela foi criticada pelos homens que, segundo ela, não tinham uma agenda para as mulheres. As mulheres apresentaram uma proposta de fundação de uma Frente Negra Feminina, uma proposta concreta para alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire (não se pode esquecer que havia muitas professoras no grupo), a proposta não recebeu a devida atenção do coletivo predominantemente masculino. Mesmo assim implantaram durante seis meses em um bairro da zona norte de São Paulo com um trabalho que teve repercussão e bastante efeito na opinião de **O. C.**

**Y.L.** – “Havia como que uma discordância das nossas ideias e o que prevalecia eram apenas as ideias dos homens no grupo”.

A questão da divisão dos trabalhos dentro de movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado, dentre outros, vai ser respondida pelas entrevistadas nossas da contemporaneidade.

Outra questão estimulada e colocada para nossas entrevistadas era a seguinte: o que mais as mulheres questionavam no início das atividades do Movimento Negro Unificado?

**O.C.** – “Nós queríamos ser mais importantes dentro da entidade, o que questionávamos mais era nossa invisibilidade, mas eles não ligavam muito”.

**Y.L.** - “Muitas de nós nos sentíamos marginalizadas e muitas outras, por isso deixaram de participar, afirmavam que os homens não entendiam os anseios das mulheres, claro que tinha exceções”.

Outro assunto estimulado durante as entrevistas foi com relação a invisibilização das mulheres no decorrer do tempo, em que pese a luta contra o racismo, nossas entrevistadas pertencentes às fileiras iniciais do MNU foram unânimes em afirmar sobre o machismo existente nos grupos, visto que os trabalhos que alavancavam qualquer identidade pessoal era só reservado aos homens, porém na digressão das militantes atuais esse problema foi minimizado com a ascensão de mulheres que passaram a pensar o racismo e também o feminismo negro, conquistando mais espaços nas entidades e movimentos.

Intelectuais destacadas por construções teóricas específica de gênero e raça, corroboram com a formação de um pensamento preciso sobre demandas feministas negras, constituindo como um resultado dos questionamentos iniciais do MNU. Pode se citar o trabalho de Sueli Carneiro e Lélia González e mais atualmente Luiza Barrios e Matilde Ribeiro.

Com relação a pergunta sobre a invisibilização da mulher dentro do Movimento Negro Unificado a resposta de Irani Santana foi a seguinte:

**I.S** – “Muitas mulheres aceitavam essa situação, de ficarem sempre em segundo lugar, não era apenas os homens que decidiam sobre isso, cheguei a ouvir mulheres dizerem que estava tudo certo, e tinham, mesmo que fazer o que os homens diziam, faziam no movimento o que passavam na vida real”.

Outro ponto a se destacar com relação a nossa entrevistada Irani Santana, foi sobre a produção teórica das mulheres no MNU em seu início, coloca que, como havia muitas professoras que faziam parte do grupo, essas professoras produziam algum trabalho teórico, porém, via de regra, não era considerado pelos militantes como plausível de ser levado diante. Um exemplo prático foi a tentativa de se fundar um núcleo na zona norte da cidade de São Paulo, um núcleo para alfabetização de adultos por meio do método Paulo Freire, recorda que ação foi implantada, porém não contou com apoio do grupo e em alguns meses a iniciativa findou se, segundo ela, por falta de estímulo dos próprios companheiros.

Com relação ao assunto, invisibilização das mulheres nos movimentos sociais, Irani Santana, coloca que também as mulheres aceitaram essa condição, então não havia uma imposição autoritária dos militantes masculinos, apenas em

sua opinião, os homens reproduziam dentro do movimento o que aprendiam socialmente e na maioria dos casos até inconscientemente, porém não deixava de ser uma expressão do machismo existente, não foi apenas um ocultamento dos trabalhos femininos, esse silenciamento perpetrado teve um lado de consentimento e também não estava na agenda do movimento de então. Portanto o questionamento de Lélia González e outras mulheres negras foram fundamentais para uma tomada de posição das líderes feministas dentro do Movimento Negro, opinião também partilhada por Djamila Ribeiro atualmente e Lélia Gonzáles em entrevista ao jornal “**O Pasquim** em 1986”:

Os anos seguintes testemunharam a criação de grupos de mulheres negras (Aquatune, 1979; Luiza Mahin, 1980; GM de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, 1982) que de um modo ou de outro, foram reabsorvidos pelo Movimento Negro. Todas nós, sem jamais termos nos distanciados do MN, continuamos com nosso trabalho no interior das organizações mistas a que pertencíamos (André Rebouças, IPCN, SINBA, MNU etc.), sem, no entanto, desistir da discussão de nossas questões específicas junto aos nossos companheiros que, muitas vezes, tentavam nos excluir do nível das decisões, delegando-nos tarefas mais “femininas”. Desnecessário dizer que o MN não deixava (e nem deixou ainda) certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo. (González in Pasquim, 1986)

Na contemporaneidade obtivemos a seguinte resposta de Djamila Ribeiro sobre a invisibilização das mulheres, e sobre a divisão do trabalho dentro do Movimento Negro:

**D.R.** “Nos grupos que participo já não há mais esse problema, mesmo porque as mulheres souberam se posicionar, a questão hoje, considero como um avanço, é uma luta mais homogênea, contra o racismo, contra o genocídio da juventude negra, contra o feminicídio que atinge e muito as mulheres negras e contra o problema ainda não enfrentado em nossos meios, a solidão da mulher negra”.

**D.R.** “Não vejo hoje a divisão de trabalho como um problema dentro dos grupos, e sim como uma solução prática para as demandas que acontecem a todo instante, posso estar enganada, pois participo de maneira restrita de movimentos e grupos, mas não vejo como um problema, mas as posições de Lélia e Matilde foram fundamentais para o que temos hoje”.

## 5 - Demandas, tensões e conflitos.

Ao se estabelecer a cisão dentro do MNU no início dos anos de 1980 pelas mulheres negras com relação às especificidades femininas, essa posição tomou vulto e aumentou em importância, provocando a criação de diversas entidades como o Géledés em São Paulo, o Crioula no Rio de Janeiro, o Maria Mulher, em Porto Alegre, dentre outras, sendo que as demandas atuais do feminismo Negro no Brasil alinham como pauta discursiva e posturas observadas, não só no Brasil, mas em toda a América, tais como a luta por políticas públicas relacionadas ao o feminicídio atuante com força na comunidade negra, a solidão da mulher negra, a questão das remunerações do trabalho feminino, ainda bem aquém da mulher branca, a questão da reprodução do racismo e do machismo dos homens negros.

Ressalte se a disputa pela fala, como interpela Djamila Ribeiro, uma posição colocada para a mulher negra ainda nos dias atuais, subalterna em relação às mulheres brancas e aos homens negros, uma mulher como diz Djamila Ribeiro antítese da branquitude e da masculinidade, situações que dificulta que essa mulher seja vista como sujeito na cena nacional. Assim, o olhar do homem branco, do homem negro e mulheres brancas confinam a posição da mulher negra em um local social de subalternidade difícil de pensado e ultrapassado.

Nesse sentido Sueli Carneiro demonstra em um de seus trabalhos **“Enegrecendo o Feminismo, A situação da Mulher Negra na América Latina”**:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres em particular. Sabemos também que em todo esse contexto de conquistas e dominação, a apropriação de mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje empregadas domesticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos do mito de rainha do lar, da musa idolatradas dos poetas, de que mulheres estamos falando? (CARNEIRO, 2003 – pg. 50)

No questionamento de Carneiro (2003), observa se que a mulher negra em sua especificidade é produto de um contexto social diferenciado das lutas feministas das mulheres brancas, no princípio lutavam por igualdade enquanto que a mulher

negra buscava a construção de uma identidade. Sendo assim, um demanda ainda em questão é essa busca por uma identidade que a coloque em situação de igualdade na cena nacional, nesse sentido urge a necessidade de se desconstruir mecanismos mantenedores da situação de subalternidade dessas mulheres, mecanismos políticos colonialistas criados para manter projetos de dominação social e privilégio de classe.

## **6 - Considerações finais:**

Ao refletirmos sobre as posições expressas por nossas entrevistadas e as pesquisas efetuadas ao longo desse trabalho, observa-se, o quão importante e fundamental foi a perseverante luta dessas mulheres dentro dos movimentos sociais e no nosso caso, o Movimento Negro Unificado. Por uma assimilação de posições a que se lutava contra, essas posições eram aplicadas dentro da organização envolvida na luta contra o preconceito de gênero.

Há que se aprender com o outro militante em jornada conosco nesse trabalho, as militantes femininas, as mulheres foram justificando sua importância, por meio do acirramento de tensões não resolvidas e, via de regra, ocultadas, como o problema do preconceito de gênero evidenciado nas entrevistas, desde o princípio da fundação da Organização, nesse caso o MNU. Aspecto esse minimizado pelas entrevistadas da contemporaneidade, aludindo transformações nas demandas iniciais, porém demandas que ainda persistem, com o preconceito ainda existente, de gênero.

Ocorre que a intersecção gênero, raça e classe, o preconceito advindo dessa intersecção percebido pelas mulheres negras e apontado pelas militantes nas organizações sociais, são inerentes às lutas sociais pois, antes de militantes, os membros fazem parte de uma sociedade multifacetada no sentido de formar seus cidadãos e cidadãs de acordo com as regra intrínsecas e impostas e essas posturas reclamada por nossas entrevistadas, em certa medida, fazem parte da personalidade dos membro.

No entanto, urge no Movimento Negro Unificado, sempre que possível, uma retomada dos próprios conceitos a que estão envolvidos, pois entende-se que o que

foi construído social e culturalmente pelo homem, pode ser desconstruído ou reformado, no caso o preconceito interno aos grupos de luta como o Movimento Negro Unificado.

No fechamento dessas reflexões pode se destacar a princípio, as dificuldades em evidenciar os nomes e a natureza dos trabalhos produzidos pelas mulheres nos vários movimentos em que se fizeram presentes a partir da década nos anos de 1970, algumas se destacaram, mas não sem muita luta como é o caso de Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro dentre outras, porém a produção teórica do conjunto feminista negro poderia ser mais bem explorada e observa-se na fala de nossas entrevistadas, como que um ocultamento de mulheres que atuaram exaustivamente nos movimentos sociais negros e feministas e outros.

Nota se que após esses questionamentos acima aludidos os quais resultaram em várias conquistas sociais, políticas e econômicas, as mulheres passaram a obter uma participação mais efetiva nos espaços públicos de discussão e com mais liberdade, porém, conforme colocado de maneira em comum pelas nossas entrevistadas, ainda logram a participarem dos espaços públicos com a dupla jornada do espaço privado, referindo se ao Movimento Negro, o qual observa que há a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, porém vários dos militantes ainda atribuem o cuidar da casa a essas mulheres, cuidar dos filhos, da educação como tarefas eminentemente femininas na ótica desses militantes, esquecendo que muitas dessas mulheres também são militantes.

Claro é que após o questionamento feminista negro de dentro do Movimento negro e de dentro do Movimento Feminista nos anos de 1970, as referências a postura aguerrida e audaciosa com relação aos inúmeros embates opressivos e tensos desempenhados por essas mulheres negras, foram, ao longo do tempo, perdendo em evidência, ocasionando o que denominamos inicialmente como premissa dessa reflexão como um invisibilização delas nessa luta. Postura essa corroborada pelas duas entrevistadas partícipes do MNU em seu início de atividades.

Com relação ao Movimento Feminista, se antes, na afirmação das Mulheres Negras era um cenário de confronto, na contemporaneidade há uma delimitação de pautas comuns, sendo que as feministas brancas tem incorporado a dimensão racial

em suas pautas, o que partiu da quarta Conferência sobre a Mulher ocorrida em 1995 na cidade de Pequim, as quais aprovaram o texto da ONU em que se reconheceu que o racismo era um interdito para a completa igualdade de oportunidades entre as mulheres.

Um ponto considerado importante foram as mudanças do ponto de vista da interface do Movimento de Mulheres Negras com as instituições oficiais, ganharam espaços nos Conselhos criados a partir dos anos de 1980, mantendo o objetivo da implementação de políticas públicas relativas à comunidade negra em geral, em específico à mulher negra, a participação em Conferências internacionais da ONU e a criação de secretarias e coordenadorias relativas à Comunidade Negra, a criação de coordenadoria de gênero e raça com o objetivos claros de implementação de políticas públicas a minimizarem, por exemplo o feminicídio, a violência contra a mulher, temas obscurecidos em outras épocas. Novos demandas ainda são hoje levantadas por essas mulheres militantes, temas não pautados pelo Movimento Negro, como a solidão da mulher Negra.

Com a invisibilização do nome dessas mulheres, o que as militantes reclamavam lá no início dos movimentos, hoje está mais homogêneo e criou-se muito devido aos impactos causados pela militância feminina negra, pautando as demandas e necessidades de uma mulher ocultada, até por uma questão de machismo interno às agremiações de enfrentamento racial, no caso do MNU, e pautando dentro do movimento feminista, as demandas específicas da mulher negra e segundo elas, diferente das demandas de uma mulher branca.

Um tema também abordado nas entrevistas de forma comum foi à relação com a produção teórica dessas mulheres, compreendem como uma conquista ao passarem para sujeitos de sua história sendo tomadas como objetos de estudo na academia rompendo com a invisibilidade a que estavam submetidas. Construindo um “Lugar de Fala”, conforme nos coloca Djani Ribeiro e complementa “considerando que há uma busca por produzir arcabouços teóricos sobre o papel político de mulheres negras na sociedade brasileira o que tem partido delas próprias, na medida em que buscam estabelecer um diálogo entre a academia e sua experiência militante” (Ribeiro, 2017)

Por fim pode se entender o desenvolvimento de atuação dos grupos sociais como o Movimento Negro, estará sempre contando com suas próprias forças, com o quadro de seu militantes, para o embate contra um projeto estrutural como o racismo e similar a essa luta do movimento negro, as Mulheres Negras também tornarem se protagonistas de sua história como sujeito de direito, não sem muita discussão dentro do MNU e do Movimento Feminista, assim puderam se fazer ouvidas e participar do espaço público como um sujeito, com demandas, anseios e objetivos próprios.

## 7 - Referências

BAIRROS, Luiza – **Nossos Feminismos revisitados. Revista Estudos 1995 Feministas**, 02. P.. 458-463.

BARBOSA, Eliete Edwiges – **Na militância para o reconhecimento. Um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo** – PUC/SP – Dissertação Mestrado – 2015. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17111/1/Eliete%20Edwiges%20Barbosa.pdf> Acesso em 22 de novembro de 2018.

CARDOSO, Hamilton – Limites do Confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil. In Emir Sader (Org) **Movimentos sociais em transição democrática**. Editora Cortez, São Paulo, 1987.

CARNEIRO, Sueli – Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), pag. 117-132. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/> acesso em 11 de setembro de 2018.

CORRÊA, Sônia. “Agenda para o Futuro – Lógica do passado e fundamentalismos obscurecem debate”. In: Beijing 1995 – O século XXI começa na IV Conferência Mundial da Mulher, publicação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Brasília, Projeto Gráfico Léo Tavejnhansky, 1995a

FREIRE, **Paulo** – **Pedagogia do Oprimido** – Editora Paz e Terra – São Paulo, 1995.

GARCIA, Januário – **25 Anos de Movimento Negro no Brasil** – Editora Fundação Palmares – Rio de Janeiro; 2006.

GONZALES, Lélia e Carlos Hasembalg – **Lugar de Negro** – Editora Marco Zero Rio de Janeiro; 1982.

HANCHARD, M – **Orfeu e o Poder, o Movimento Negro no Rio de Janeiro e em São Paulo** – Editora Eduerj – Rio de Janeiro – 2001



MATOS, Maria Izilda Magalhães – Do público ao privado; redefinindo espaços e atividades femininas – (1890-1930) ; **Cadernos Pagu**, v.4 1995.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – **1978-1988; 10 anos de luta contra o racismo** – São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

RIBEIRO, Djamile – **O que é o lugar de Fala** – Editora Letramento – São Paulo; 2017.

RIBEIRO, Matilde – Mulheres Negras Brasileiras; de Bertioga e Beijjing. 1995 **Revista Estudos Feministas**, 2, 446-457. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033>. Acesso em 21 de setembro de 2018.

ROLAND, Edna – O Movimento das Mulheres Negras brasileiras; desafios e perspectivas. In A.S.Guimarães& L.Huntley, **Tirando a Mascara; ensaio sobre o racismo no Brasil** (p.237-256).

VIANA, Hidergardes, **Comércio feminino na cidade de Salvador**, Editora Nova Salvador, Bahia, 1973.

